

A FORÇA DA ECONOMIA É A FORÇA DE PORTUGAL

Armindo Monteiro



CIP

CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

PORTUGAL: IMPULSIONAR A COMPETITIVIDADE PELO CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE E PELA DIMINUIÇÃO DOS CUSTOS DE CONTEXTO

Mandato 2023-2027
Programa Eleitoral dos Órgãos Sociais da
Confederação Empresarial de Portugal

ÍNDICE

1. Órgãos Sociais da Confederação Empresarial de Portugal
2. **Um desígnio para Portugal**
O papel das empresas para o desenvolvimento económico e social
3. **Um mundo em mudança**
A reconfiguração das cadeias de valor e os novos desafios
4. **Confederação Empresarial de Portugal, um instrumento essencial de progresso:**
 - a) Estimular o aumento da produtividade para uma nova ambição de crescimento
 - b) Defender um Estado eficiente ao serviço do desenvolvimento económico e social
 - c) Reforçar e federar o movimento associativo
 - d) Organização ágil, aberta e eficaz



1.

Órgãos Sociais da Confederação
Empresarial de Portugal

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

António Saraiva

Presidente (Individualidade)

Jorge Rebelo de Almeida

Vice-Presidente (VILA GALÉ, SA)

Pedro Marques Henriques

Secretário (BONDALTI SGPS, SA)

CONSELHO FISCAL

Bruno Bobone

Presidente (CC – Portugal – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa)

Ana Silveira

Vice-Presidente (GALP Energia, SA)

Rui Carlos Lourenço Helena

Vogal Efetivo (BDO & Associados, SROC)

Anabela Vaz Borges

Vogal Suplente (BDO & Associados, SROC)

DIREÇÃO

Armando Monteiro

Presidente (Individualidade)

João Almeida Lopes

Vice-Presidente (APIFARMA – Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica)

Rafael Campos Pereira

Vice-Presidente (AIMMAP – Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal)

José Nogueira de Brito

Vice-Presidente (APED – Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição)

Luís Miguel Ribeiro

Vice-Presidente (AEP – Associação Empresarial de Portugal)

Manuel Carlos

Vice-Presidente (APICCAPS – Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e seus Sucedâneos)

Pedro Duarte

Vice-Presidente (ASSOFT – Associação Portuguesa de Software)

Carlos Cardoso

Vice-Presidente (ANIMEE – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Elétrico e Eletrónico)

Jorge Henriques

Vice-Presidente FIPA (Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares)

Óscar Gaspar

Vice-Presidente (APHP – Associação Portuguesa de Hospitalização Privada)

Leonor Sottomayor

Vogal (SONAE SGPS, SA)

Ema Paulino

Vogal (FARMINVESTE, SGPS, SA)

Eduardo Rangel

Vogal (Rangel – Investimentos Logísticos, SA)

Vera Pinto Pereira

Vogal (EDP – Energias de Portugal, SA)

Francisco Maria Pinto Balsemão

Vogal (IMPRESA, SA)

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos

Vogal (MOTA ENGIL, SGPS, SA)

Inês Santos

Vogal (Irmãdona Supermercados, SA - Mercadona)

Fernando Nunes

Vogal (Grupo Visabeira, SA)

António Serrano

Vogal (Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, SA)

Ricardo Martinho

Vogal (Companhia IBM Portuguesa, SA)

Fernando Silva

Vogal (SIEMENS PORTUGAL, SA)

Pedro Mendes Leal

Vogal (A. SILVA & SILVA – SGPS, SA)

António Redondo

Vogal (BIOND – Associação das Bioindústrias de Base Florestal)

Nuno Fernandes Thomaz

Vogal (CENTROMARCA – Associação Portuguesa de Empresas de Produtos de Marca)

Mário Machado

Vogal (ATP – Associação Têxtil e Vestuário de Portugal)

Gonçalo Figueiredo Barros

Vogal (TRIVALOR, SGPS, SA)

José Eduardo Carvalho

Vogal (AIP/CCI – Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria)

Nuno Moreira

Vogal (DOUROGÁS – Participações Sociais, SGPS, SA)

Luís Delgado

Vogal (APQuímica – Associação Portuguesa das Empresas Químicas)

José Galamba

Vogal (APS – Associação Portuguesa de Seguradores)

Luís Fernandes

Vogal (CIMPOR, SGPS, SA)

Manuel Tarré

Vogal (ALIF – Associação da Indústria Alimentar pelo Frio)

Joaquim Camilo

Vogal (Associação Empresarial de Sintra)

Fernando Paiva de Castro

Vogal (AIDA CCI – Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro)

Markus Kemper

Vogal (Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã)

Pedro Fraga

Vogal (AEB – Associação Empresarial de Braga)

José Couto

Vogal (AFIA – Associação dos Fabricantes para a Indústria Automóvel)

Vítor Neto

Vogal (NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve)

António Poças

Vogal (NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria)

Domingos Chambel

Vogal (NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém)

Manuel de Melo

Vogal (SOVENA Group, SGPS, SA.)

Vanda de Jesus

Vogal (Finsight Labs, Unipessoal, Lda (iCapital))

Ana Isabel Trigo de Moraes

Vogal (SOCIEDADE PONTO VERDE)

João Costa Pinto

Vogal (Individualidade)

Gregório Rocha Novo

Vogal (Individualidade)

CONSELHO GERAL**Armindo Monteiro**

Presidente (Individualidade)

Albertina Sequeira

Vice-Presidente (APICER – Associação Portuguesa das Indústrias de Cerâmica e de Cristalaria)

Alexandre Fonseca

Vice-Presidente (Altice Portugal, SA)

Alexandre Meireles

Vice-Presidente (ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários)

Amaro Reis

Vice-Presidente (APIP – Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos)

Amílcar Lourenço

Vice-Presidente (Banco Santander Totta, SA)

Ana Maria Couras

Vice-Presidente (FIOVDE – Federação das Indústrias de Óleos Vegetais, Derivados e Equiparados)

Ana Palmeira de Oliveira

Vice-Presidente (AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa)

António Sousa Pereira

Vice-Presidente (Individualidade)

Carlos Moura

Vice-Presidente (AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal)

César Araújo

Vice-Presidente (ANIVÉC/APIV – Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção)

Cristina Antunes

Vice-Presidente (AEC – Associação Empresarial de Cantanhede)

Cristina Santos

Vice-Presidente (APCC – Associação Portuguesa de Centros Comerciais)

Daniel Redondo

Vice-Presidente (ANEBE – Associação Nacional de Empresas de Bebidas Espirituosas)

David Simão

Vice-Presidente (NERBE/AEBAL – Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral)

Emanuel Camilo

Vice-Presidente (NERVIR – Associação Empresarial)

Fernando Santo

Vice-Presidente (Individualidade)

Filipe Granjo Paias

Vice-Presidente (APORMED – Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos)

Francisco Barroca

Vice-Presidente (CERTIF – Associação para a Certificação)

Francisco Ferrão

Vice-Presidente (ANETIE – Associação Nacional das Empresas das Tecnologias de Informação e Eletrónica)

Francisco Frazão Guerreiro

Vice-Presidente (RELACRE – Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal)

Francisco José Meneses da Rosa

Vice-Presidente (CCIA – Câmara de Comércio e Indústria dos Açores)

Francisco Ravara Cary

Vice-Presidente (Caixa Geral de Depósitos, SA)

Franquelim Alves

Vice-Presidente (Individualidade)

João Cardoso de Albuquerque

Vice-Presidente (ACIB – Associação Comercial e Industrial de Barcelos)

João Faria

Vice-Presidente (AICE – Associação dos Industriais da Construção de Edifícios)

João Faustino

Vice-Presidente (CEFAMOL – Associação Nacional da Indústria de Moldes)

João Lima de Valença

Vice-Presidente (AOPDDL – Associação Operadores Portuários Douro e Leixões)

João Nuno Palma

Vice-Presidente (Millennium BCP, SA)

João Pereira da Cruz

Vice-Presidente (J. Pereira da Cruz, SA)

João Rui Ferreira

Vice-Presidente (APCOR – Associação Portuguesa de Cortiça)

Jorge Pais

Vice-Presidente (NERPOR-AE – Núcleo Empresarial da Região de Portalegre – Associação Empresarial)

Jorge Veiga França

Vice-Presidente (ACIF/CCIM – Associação Comercial e Industrial do Funchal/Câmara de Comércio e Indústria da Madeira)

José Correia

Vice-Presidente (AGEFE – Associação Empresarial dos Setores Elétrico, Eletrodoméstico, Fotográfico e Eletrónico)

José de Oliveira Guia

Vice-Presidente (ANEME – Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas)

José Eduardo Carvalho

Vice-Presidente (AIP/CCI – Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria)

José Luís Ceia

Vice-Presidente (CEVAL – Confederação Empresarial do Alto Minho)

José Manuel Lopes de Castro

Vice-Presidente (APIGRAF – Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas, de Comunicação Visual e Transformadoras de Papel)

José Maria Freitas

Vice-Presidente (ANICP – Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe)

Luís Belo

Vice-Presidente (Deloitte Technology, SA)

Luís Braga da Cruz

Vice-Presidente (FORESTIS – Associação Florestal de Portugal)

Luís Mira Amaral

Vice-Presidente (Individualidade)

Manuel Rodrigues

Vice-Presidente (Individualidade)

Maria do Carmo Neves

Vice-Presidente (APOGEN – Associação Portuguesa de Medicamentos Genéricos e Biossimilares)

Maria José Fernandes

Vice-Presidente (Individualidade)

Mário Pinho

Vice-Presidente (AIN – Associação das Indústrias Navais)

Miguel Goulão

Vice-Presidente (ASSIMAGRA – Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins)

Miguel Morgado Ribeiro

Vice-Presidente (Individualidade)

Nuno Botelho

Vice-Presidente (ACP – Associação Comercial do Porto – Câmara de Comércio e Indústria do Porto)

Nuno Maia

Vice-Presidente (Aiset – Associação da Indústria da Península de Setúbal)

Nuno Manuel Soares Flora

Vice-Presidente (ADIFA – Associação de Distribuidores Farmacêuticos)

Nuno Silva

Vice-Presidente (ANNEIDE – Associação Nacional de Networking Empreendedorismo Inovação e Desenvolvimento Empresarial)

Orlando Faísca

Vice-Presidente (NERGA – Núcleo Empresarial da Região da Guarda – Associação Empresarial)

Orlando Monteiro

Vice-Presidente (ANPL – Associação Nacional dos Profissionais Liberais)

Otmar Hubscher

Vice-Presidente (ATIC – Associação Técnica da Indústria de Cimento)

Paula Alves

Vice-Presidente (Individualidade)

Pedro Amaral Jorge

Vice-Presidente (APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis)

Pedro Furtado

Vice-Presidente (REN – Rede Elétrica Nacional, SA)

Pedro Leitão

Vice-Presidente (Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, SA)

Pedro Matias

Vice-Presidente (ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade)

Pedro Mota Soares

Vice-Presidente (Individualidade)

Pedro Proença

Vice-Presidente (Liga Portuguesa de Futebol Profissional)

Pires Andrade

Vice-Presidente (VALOURO, SA)

Ricardo Costa

Vice-Presidente (AEMinho – Associação Empresarial do Minho)

Rógerio Alves

Vice-Presidente (AES – Associação de Empresas de Segurança)

Rogério Carapuça

Vice-Presidente (APDC – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações)

Rogério Hilário

Vice-Presidente (CEC – Conselho Empresarial do Centro/CCIC – Câmara de Comércio e Indústria do Centro)

Rui Espada

Vice-Presidente (NERE – Núcleo Empresarial da Região de Évora – Associação Empresarial)

Rui Minhós

Vice-Presidente (Tabaqueira II, SA)

Rui Rego

Vice-Presidente (AERLIS – Associação Empresarial da Região de Lisboa)

Salvador Mendes de Almeida

Vice-Presidente (Individualidade)

Vital Rodrigues de Almeida

Vice-Presidente (ABIMOTA – Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e Afins)

Vítor Poças

Vice-Presidente (AIMMP – Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal)



2.

Um desígnio para Portugal

O papel das empresas para o desenvolvimento económico e social



Os órgãos sociais propostos para o mandato 2023 – 2027 da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) assumem a responsabilidade de, honrando a história comum da CIP e do movimento associativo empresarial, defender o progresso de Portugal com afirmação da plena participação das empresas no esforço coletivo de transformação económica, desenvolvimento social e reforma do Estado, como instrumento de promoção do bem estar.

Portugal tem que estar focado nos desafios. Não perder tempo em discussões ideológicas estéreis afastadas dos problemas reais, pedidos de maiorias, coabitações de conveniência ou criações propagandísticas de líderes providenciais.

Importa sim centrar o debate político na procura consistente de soluções para os principais problemas e desafios de Portugal, fazendo-o de forma rigorosa, com base em dados, na definição clara dos objetivos, numa avaliação minuciosa dos efeitos previsíveis e dos resultados alcançados.

Importa sim mobilizar as energias das empresas e do conjunto da sociedade em torno de ideias de progresso, mais riqueza, menos desigualdade e mais oportunidades para todos, mais liberdade económica no respeito pela regras e pela lei, mas menos custos administrativos e burocracia paralisante limitadora da ação que se deseja transparente dos poderes públicos.



Portugal e os portugueses têm de ter um rumo claro, apostas consistentes que apontem um desígnio

Portugal possui fatores que têm permitido progredir e reforçar a presença das empresas nos mercados internacionais, que nos tem permitido responder às crises e às mudanças do ambiente internacional, mas continuam a persistir elementos de restrição sobre o desenvolvimento que importa resolver.

Portugal e os portugueses têm de ter um rumo claro, apostas consistentes que apontem um desígnio e que enformem a definição das políticas de curto e médio prazo e simultaneamente definam um enquadramento previsível para os agentes económicos.

Um desígnio que responda a problemas de baixo poder de compra dos portugueses, desigualdades fortes, com níveis de risco de pobreza persistentemente elevados, que penalizam muito os mais jovens, tanto pelas dificuldades de acesso à habitação como pela ainda escassa valorização do esforço de qualificação desta geração, como ainda dos desequilíbrios de qualificação, particularmente dos menos jovens, como do profundo envelhecimento dos portugueses e do forte impacto limitador do crescimento económico que tal introduz.

Os órgãos sociais propostos para o mandato 2023 – 2027 da Confederação Empresarial de Portugal assumem a responsabilidade de afirmar a disponibilidade dos empresários para contribuírem para o progresso do país, exigindo que o Governo, no âmbito da sua particular responsabilidade na condução dos destinos do país e da maioria absoluta que resultou das últimas eleições legislativas, e os restantes parceiros sociais assumam também as suas responsabilidades sobre os caminhos do progresso de Portugal.



A CIP considera que o impulso para cumprir um Portugal mais próspero, de mais crescimento económico e menos desigualdade, se concretiza em torno de três desígnios essenciais:

- Aumentar a **riqueza**;
- Aumentar a **produtividade**;
- Aumentar a **eficiência do Estado**.

A CIP assume que a criação de riqueza é essencial para responder aos desafios de Portugal.

A defesa da iniciativa empresarial como promotora de riqueza e a valorização do papel dos empresários e seu reconhecimento público e social, o aumento da produtividade por mais investimento qualificado, mais qualificação e formação dos trabalhadores e da gestão são — em conjunto com a proposta de um Estado mais ágil e eficiente, num esforço orientado para a radical simplificação administrativa e apostado em ser parceiro ativo do desenvolvimento económico - elementos essenciais da proposta de trabalho para o mandato, em torno de quatro ideias-chave do papel da CIP:

ANTECIPAR

Num mundo em profunda e rápida mudança, com as economias europeias em forte desafio, o movimento associativo deve ser capaz de antecipar os desafios, enfreitando as alterações de paradigma tecnológico com a emergência da digitalização, do enquadramento ambiental e social para permitir que as empresas disponham de informação e instrumentos que lhes permitam estar um passo à frente, transformando essas transições como alavanca de crescimento e de um futuro com mais crescimento e maior competitividade.

PROPOR

A afirmação da capacidade de reivindicar e de propor soluções para os problemas e desafios para o país mais competitivo.

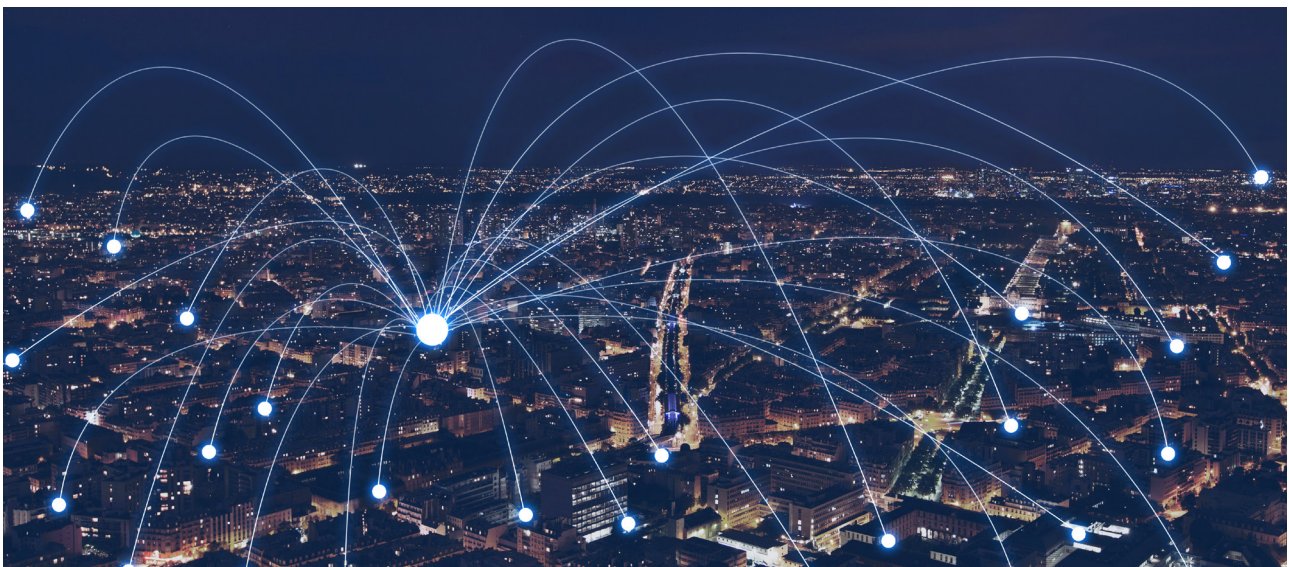
ESTIMULAR

Ser capaz de agir para melhorar o ambiente económico, o enquadramento empresarial, agregando vontades e iniciativas, federando o conjunto do movimento associativo para que as empresas de todas as regiões de Portugal sejam parte ativa do crescimento económico.

AVALIAR

Afirmar a necessidade de uma cultura de resultados pela avaliação sistemática dos efeitos, seja das medidas de política do Governo, seja do desempenho das instituições públicas, seja das iniciativas associativas desenvolvidas, seja da trajetória económica do país, impondo uma mudança que se deve estender à concertação social.

É neste quadro de afirmação do papel das empresas e do papel da CIP como instrumento de representação aberta e plural das empresas e de todas as atividades económicas que nos propomos liderar uma Agenda de mudança e transformação: Portugal – impulsionar a competitividade pelo crescimento sustentado da produtividade e pela diminuição dos custos de contexto.





3.

Um mundo em mudança

A reconfiguração das cadeias de valor
e os novos desafios



A globalização, fruto das profundas transformações da logística das trocas comerciais, associada à revolução das comunicações e da contentorização, permitiu uma escala sem precedentes no comércio mundial e uma mudança dos fatores que determinam a geografia económica e a emergência de novos competidores à escala global.

As empresas portuguesas acompanharam estas mudanças e foram capazes de orientar os seus investimentos para reforçar a participação nos mercados internacionais, permitindo um ganho de quotas de mercado ao longo de uma década nos principais mercados da União Europeia, onde temos concentração de presença de bens e serviços da nossa especialização produtiva. Tal permitiu que as nossas empresas pudessem contribuir com valores próximos de 50% no peso das exportações no PIB, reforçando uma orientação decisiva para a afirmação competitiva.

As profundas tensões geopolíticas e a crescente compreensão dos riscos económicos e sistémicos de cadeias muito alongadas de produção têm originado uma mudança na organização das cadeias de produção e logística, as quais, porventura, irão conduzir a novas formas de governação económica à escala global.

Valores associados à proximidade, estruturada por regiões com acordos aduaneiros e políticos, à diminuição dos riscos políticos e à crescente importância do balanço global de carbono do conjunto do processo de produção e logística pode ser favorável a um papel mais qualificado das empresas portuguesas nas cadeias de valor.

Por outro lado, o recurso e os custos de acesso das fontes energéticas que serão estruturantes no futuro podem determinar novas cadeias de produção a elas associadas e efeitos de aglomeração que podem favorecer a concentração de investimentos em função da sua disponibilidade competitiva.

Identificam-se quatro elementos-chave para robustecer a especialização produtiva de Portugal no quadro destas mudanças do ambiente económico internacional:

Desafio da criação de valor e da sustentabilidade, associando conhecimento e saber fazer empresarial com conhecimento científico, gerando redes e instituições de interface que sustentem, de forma virtuosa, uma especialização em produtos e serviços mais complexas, realizada menos por ruturas, mas por acumulação e diferenciação de capacidades. Importa potenciar diferentes níveis de criação de valor, como: as nossas inegáveis capacidades de fabricação e de engenharia de produto com mais capacidade de estar presentes em toda a cadeia de valor; ou potenciando ainda mais o papel estruturante da distribuição especializada com o fluxo produtivo intersectorial; ou a integração de valor global de uma especialização produtiva nos produtos de consumo final com a presença nos canais diretos de relação com os clientes; ou a geração a partir da capacidade de associar um *lifestyle* diversificado, que incorpora biodiversidade, qualidade dos recursos endógenos, características e identidades culturais e históricas, com produtos artesanais, industriais e turísticos; desafio da incorporação da transformação digital como instrumental da adaptação dos modelos de negócio e da nova relação entre produção de físicos e intangíveis e consumo, como da readaptação das estruturas organizacionais das empresas estabelecidas e da sua relação com clientes e fornecedores.

A transformação de características técnicas, qualidade industrial, produção específica de bens intangíveis em valor e em preço exige recursos empresariais e políticas públicas orientadas, incorporando diferentes níveis de intervenção agindo de forma complementar. Nestas é absolutamente crucial voltar a colocar na agenda pública aquelas que relevam dos domínios da qualidade - normalização, certificação, acreditação, reconhecimento de profissões, serviços técnicos e formação especializados e infraestruturas específicas porque estas estão no centro do valor gerado em atividades industriais e de serviços especializados, fulcrais na nossa especialização produtiva.





A criação de valor é hoje indissociável da sustentabilidade

Mas a criação de valor é hoje indissociável da sustentabilidade. A preferência dos consumidores e as normas técnicas regulamentares ou resultantes daquelas impõem que todo o ciclo de vida do produto incorpore a dimensão da sustentabilidade, desde a conceção, aos processos de produção, à comercialização, até à reciclagem e reutilização, sendo crucial que nestas últimas fases um mercado concorrencial se consolide para tornar eficazes os esforços conducentes a uma economia circular.

Os objetivos do Roteiro da Descarbonização e o impacto da guerra na Ucrânia vieram acentuar o desafio da utilização eficiente dos recursos e a necessidade de adaptação rápida das empresas, para a qual os apoios atempados do PRR seriam, mas não o estão a ser, importantes.

Desafio da escala empresarial, valorizando aquilo que temos como muito positivo da geração de novos negócios e de novas empresas e da enorme flexibilidade e capacidade de adaptação das PME às mudanças do ambiente económico e concorrencial, com a necessidade de num contexto de forte integração das nossas empresas nos mercados globais, nomeadamente pelo papel das exportações no PIB e pela forte dependência destas de fluxos externos, ganhar capacidade de mercado e discussão das condições de integração nas cadeias de produção. Nesse quadro não pode deixar de ser necessário ter um conjunto de médias empresas à escala europeia, capitalizadas, orientadas para mercados competitivos, estruturando cadeias de fornecimento e de valor com outras PME, com capacidade acrescida de discussão de preços e margens, que respondam aos desafios concorrenciais do presente e do futuro.

Este desafio incorpora duas dimensões relacionadas: o valor essencial da reutilização de recursos técnicos e humanos usados de forma não eficiente para gerar concorrência não distorcida, sendo nesse aspeto muito relevante a agilização dos procedimentos de recuperação de empresas e uma atuação proativa da Segurança Social e da Autoridade Tributária (não bloqueadora); e a extraordinária importância das empresas familiares na nossa estrutura económica poder impor, no ciclo natural geracional, mecanismos de criação de redes ou de integração vertical ou horizontal e de gestão profissional independente para renovar e redefinir a missão empresarial para um novo ciclo.



Desafio da demografia e do talento deve responder à necessidade capital de valorização dos elementos mais estruturantes da atividade económica e da criação de valor: o papel das competências e do conhecimento.

Sendo a previsão de evolução demográfica muito condicionadora da existência da quantidade de recursos humanos necessários a assegurar o crescimento económico, importa agir em diversos planos, de forma concertada, entre poderes públicos e movimento associativo: na minimização e atenuação dos elementos mais negativos da evolução demográfica, promovendo a natalidade e a fixação em Portugal de quadros qualificados; na afirmação continuada e sustentada de uma política de captação de recursos externos, privilegiando o espaço natural da lusofonia; na operacionalização de um mercado de emprego que promova a afetação eficiente de recursos e esteja integrado com os mecanismos de formação e requalificação profissional (urge valorizar os Centros Protocolares de Formação e as organizações formativas empresariais no esforço de requalificação da atual força de trabalho, orientando os trabalhadores para o mundo digital e para as necessidades presentes e futuras das empresas, capaz de responder às necessidades de adaptação das qualificações dos migrantes).

Importa ainda que seja realizada a valorização no plano educativo das competências transversais e comportamentais mais relevantes para a integração nas equipas e redes de trabalho que hoje são o elemento estruturante da organização das empresas, do papel das competências digitais e da capacidade de resposta adequado do ensino profissional e das suas estruturas.

Desafio do papel da diplomacia económica e da sua organização, tendo claro que a Portugal interessam diferentes dimensões do relacionamento económico e político.

Em primeiro lugar, o espaço natural decorrente da integração europeia. A nível da UE as prioridades da CIP são claras: proteger e completar o mercado único, avançando com determinação em domínios onde a fragmentação dos mercados é mais notória, como a economia digital, apesar dos avanços conseguidos pela Presidência Portuguesa da UE, e a energia, onde a situação decorrente da guerra tornou absolutamente evidente a inexistência de mercados e de políticas públicas eficientes à escala europeia.

Importa também aprofundar a União Económica e Monetária, permitindo a condução de uma estratégia macroeconómica global coerente, nas suas vertentes de política estrutural e não exclusivamente focada na disciplina orçamental e monetária. Mas a revisão em curso das regras orçamentais deve ser acompanhada de uma capacidade orçamental acrescida, capaz de não apenas responder aos choques sistémicos, aos efeitos adversos regionais dentro da UE e à promoção de política industrial ativa orientada para mudanças estruturais que respondam aos desafios sociais da transição climática e das mudanças de paradigma energético, mas comportem uma dimensão de equilíbrio competitivo à escala global.

A CIP entende que Portugal deve defender um equilíbrio entre a política industrial e a política comercial da UE que defenda o valor do mercado europeu e da produção europeia, nomeadamente numa abordagem abrangente de que os produtores de países terceiros devem cumprir no acesso ao mercado interno as regras ambientais e sociais dos produtores europeus, impedindo práticas desleais, e da importância dos acordos comerciais bilaterais e multilaterais deverem adequadamente tal refletir na defesa de um sistema de comércio internacional baseado em regras comuns.



Em segundo lugar, a CIP entende que Portugal tem toda a vantagem em reforçar a sua dimensão atlântica de cruzamento com os mercados americanos do norte e do sul, onde a efetiva entrada em vigor do acordo entre a UE e o MERCOSUL é estratégica. Para as empresas portuguesas, fortemente orientadas nas exportações para os mercados europeus, o espaço comercial americano corresponde ao principal esforço de diversificação a consolidar e a prosseguir.

Em terceiro lugar, o papel da lusofonia tanto na dimensão económica mais restrita como na dimensão de ajuda ao desenvolvimento assume natural relevância.

Para a CIP a diplomacia económica deve estar ao serviço das empresas e dirigida na sua dimensão conceptual e de orientação pela sua tutela institucional económica, sendo muito limitativo e confuso o modelo atual de tutela pelo MNE das empresas estabelecidas em Portugal que não sejam PME, de definição exclusiva por este da rede externa da AICEP, de escassa articulação desta com as atividades dirigidas pelo Turismo de Portugal na vertente de promoção turística, de contratualização dos apoios à internacionalização das PME inscritas nos mecanismos de financiamento com fundos europeus. Para estes efeitos, o funcionamento do Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia Portuguesa deverá ser revisto e os recursos financeiros adstritos ao esforço de internacionalização da economia portuguesa inscritos em verbas orçamentais próprias, passíveis de escrutínio público.



A diplomacia económica deve estar ao serviço das empresas e dirigida na sua dimensão conceptual e de orientação pela sua tutela institucional económica



4.

**Confederação Empresarial de
Portugal, um instrumento essencial
de progresso**

A. Estimular o aumento da produtividade para uma nova ambição no crescimento

A CIP defende que o mais útil instrumento de medição de desempenho empresarial se encontra condensado na produtividade.

A diminuição sensível do ritmo de crescimento da produtividade na Europa e em Portugal é simultaneamente sintoma e expressão das dificuldades de sustentação do crescimento económico.

A CIP defende uma nova ambição, um novo paradigma de crescimento.

A CIP defende um programa claro de aceleração da transformação estrutural da nossa economia: Portugal – impulsionar a competitividade pelo crescimento sustentado da produtividade.

A CIP defende que a estratégia económica de Portugal deve ser clara, sendo orientada para melhorar os produtos e serviços das nossas empresas na escala das cadeias de valor. Ser capaz de oferecer produtos com reconhecimento do mercado em valor e preço que permita melhorar os níveis de rentabilidade médios das nossas empresas, melhorar a remuneração do capital para reforçar os mecanismos de acumulação e de investimento e para melhorar a partilha dos ganhos de produtividade pelos trabalhadores.

A CIP defende que este programa para impulsionar o crescimento deve construir medidas eficazes de política, capazes de agir nos fatores de crescimento da produtividade, criando ou reforçando estímulos de enquadramento regulamentar, fiscais ou financeiros orientados para a produção de resultados, diminuindo a dispersão dos instrumentos públicos em matéria económica que limitam a sua eficácia.





O principal fator de diferenciação das empresas reside na qualidade do investimento e no seu stock

A CIP defende que, além dos instrumentos com base em financiamento comunitário, o Estado deve desenvolver, no quadro da Lei do Orçamento do Estado, um programa orçamental digno desse nome, agregando ações e despesa, corrente e de investimento, orientada para robustecer os fatores diferenciadores da nossa economia, estimular o investimento, em particular de I&D, melhorar a qualificação e o valor do trabalho, melhorar a escala empresarial.

A CIP defende que o principal fator de diferenciação das empresas reside na qualidade do investimento e no seu stock, pelo que o eixo central de suporte de uma nova ambição de crescimento deve ser orientado para colmatar a escassa evolução do investimento, muito depreciado pelos efeitos da crise da década anterior e pelos resultados negativos do período pandémico.

A CIP defende o seguinte posicionamento nos elementos centrais de trabalho associativo e das políticas públicas para reforçar o investimento:

- No **domínio da fiscalidade**, quatro aspetos essenciais: forte diminuição dos impostos não relacionados com o desempenho das empresas (elementos de custo exclusivamente orientados para receita fiscal e para diminuir a capacidade de gerar valor e investimento); erradicação dos fatores de distorção fiscal entre capitalização e endividamento; manutenção dos instrumentos fiscais favoráveis ao investimento em I&D, nos territórios menos densamente povoados e no uso mais intensivo de recursos humanos qualificados; e redução gradual contratualizada da taxa nominal de imposto, em particular para as PME;
- No **domínio da capitalização e financiamento**, o reforço da operacionalidade dos instrumentos existentes do PRR sob gestão do BPF, reforço do capital do BPF para pelo menos 3 mil milhões de euros, permitindo o desenvolvimento próprio de soluções complementares de financiamento em articulação com a banca comercial, definição de instrumentos de acesso ao financiamento das exportações (das empresas e dos seus clientes) para estimular a capacidade de penetração em mercados muito concorrenciais, definição de instrumentos de promoção do aumento da escala das empresas e da sua internacionalização e da transição geracional;



- No **domínio da melhoria do ambiente de negócios**, dois aspetos essenciais: forte investimento na redução dos constrangimentos de atuação do sistema judicial e redução da carga administrativa;
- No **domínio do quadro regulador das relações laborais**, importa garantir estabilidade como um vetor essencial para a promoção da competitividade das nossas empresas, enquadrando o progresso e modernização da nossa sociedade nos eventuais desenvolvimentos legislativos nos domínios sócio laborais num quadro contratualizado, gradual e capaz de promover um clima de paz social;
- No **domínio da gestão dos fundos europeus dirigidos às empresas**, a imperiosa necessidade de redução da carga administrativa, diminuindo os procedimentos de submissão e os tempos de decisão e, sobretudo, dos pagamentos e encerramentos de projetos (prémios, libertação de garantias), melhorando a previsibilidade dos períodos de candidatura (ou a existência de processos em contínuo), reforçando a centralidade de gestão em menos instituições e dotando-as de meios técnicos, humanos e de autonomia de ação. Reforçar os instrumentos dirigidos à internacionalização das empresas e clarificar o modelo de contratualização com o movimento associativo, ao mesmo tempo alargando a ação e o financiamento para outras iniciativas de interesse público. A gestão do atual ciclo de fundos PRR e PT2030 tem claramente revelado dificuldades conceptuais e de aplicação, onde se impõe mudanças de orientação das prioridades e dos procedimentos, impedindo que se perca uma oportunidade única, não repetível, de usar de forma absolutamente transformadora os fundos no domínio económico;



- No **domínio da criação de valor e da integração entre conhecimento científico e valor económico no mercado**, importa garantir a criação de um quadro orçamental extra fundos europeus que permita a convergência dos processos de consolidação dos Centros de Tecnologia e Inovação e dos Laboratórios Colaborativos com o investimento empresarial, a exemplo de outros países europeus, reforçando fortemente mecanismos de atração de IDE – Investimento direto estrangeiro estruturante, de participação portuguesa em projetos europeus de investimento (energias, mobilidade, microeletrónica, espaço, defesa e aeronáutica, entre outros) e de criação de agendas mobilizadoras de investimento em consórcio para projetos com escala de afirmação internacional;
- No **domínio das infraestruturas de valor económico e do reforço da competitividade da logística**, deve ser conduzido o investimento por critérios claros e escrutináveis de custo-benefício, privilegiando o impacto económico e a mobilidade eficiente de bens e pessoas, a melhoria da conectividade internacional, nomeadamente de mercadorias (Plano Ferroviário Nacional deve dar prioridade no cronograma de execução à relação económica externa, devendo as opções técnicas associadas aos traçados e bitola privilegiar o acesso além da ibéria; escolha da localização da nova infraestrutura aeroportuária na região de Lisboa deve entender a mesma como hub logístico de pessoas e bens; investimento nos modos interoperáveis de transporte deve privilegiar competitividade dos portos).

B. Defender um Estado eficiente ao serviço do desenvolvimento económico e social

A CIP defende um Estado eficiente, ágil e robusto. Defendemos serviços públicos robustos, com investimento adequado, mas exigimos um programa radical de simplificação administrativa, de clarificação das funções das instituições públicas sobrepostas no Estado central, regional ou local, da afirmação do princípio do interlocutor único das empresas: um Estado amigo das empresas e dos cidadãos.

A CIP defende que no contexto de uma profunda reforma do Estado, que elimine os procedimentos que não geram valor social e que pelo seu exercício são fator de ineficiência e porventura de atitudes ilícitas, sejam identificados os ganhos potenciais de despesa pública não produtiva que possa ser devolvida à sociedade, seja por diminuição da carga fiscal, seja por eliminação de taxas, seja pela criação de mecanismos financeiros dirigidos a estimular o investimento empresarial e o progresso.

A CIP defende que o Estado eficiente deve avaliar o propósito dos serviços por ele prestados e a sua custo-efetividade, e que essa avaliação tem que envolver de forma determinante os destinatários desses serviços.

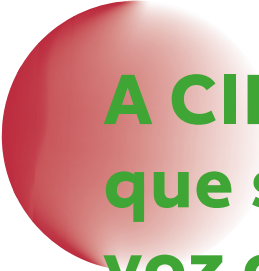
A CIP defende uma lógica de proximidade dos serviços públicos às empresas, mas manifesta sérias reservas quanto à efetividade e aos objetivos, metodologias e procedimentos de concretização e cronogramas do programa de descentralização em curso.

A CIP defende um programa de avaliação e utilização eficiente dos recursos patrimoniais do Estado, com a sua afetação à criação de valor e à sua gestão pública, privada ou em concessão que retire da ociosidade ou da utilização ineficiente largas áreas do património público.

A CIP defende um programa claro, unificado, com objetivos e cronograma de ação, de simplificação e eliminação de procedimentos e custos de licenciamento de atividades empresariais.

A CIP defende que os responsáveis públicos dos organismos mais relevantes, nomeadamente daqueles de gestão de fundos europeus, tenham um mecanismo de audição pública no processo de nomeação, tornando claro para a sociedade que os valores essenciais inerentes à gestão pública são os valores da capacidade técnica, da ética e dos conhecimentos de gestão de organizações.

A CIP defende a existência de mecanismos de avaliação de resultados com a participação dos destinatários dos organismos públicos mais relevantes na esfera económica, como a AICEP, o IAPMEI, a ANI, o INPI, o Turismo de Portugal, o LNEG, a AMA, o IEFP, entre outros.



A CIP afirma que o maior desafio que se propõe é o da federação da voz das empresas e dos seus empresários.

A CIP defende, na autonomia dos órgãos de soberania quanto à sua organização, um modelo de organização do Estado que clarifique o enquadramento institucional da gestão das políticas públicas dirigidas às empresas, em particular na gestão dos fundos europeus, concentrando no Ministério da Economia as áreas hoje dispersas, em particular o financiamento e a ação, pela AICEP, IAPMEI, ANI e Turismo de Portugal e que se promova a sua fusão ou concentração operacional.

C. Reforçar e federar o movimento associativo

A CIP afirma que o maior desafio que se propõe é o da federação da voz das empresas e dos seus empresários. A capacidade de unificação, na diversidade, dos valores empresariais são essenciais para o progresso de Portugal.

A CIP pretende construir a representação plural e aberta de todas as empresas, de todas as atividades económicas, assumindo que esse percurso se faz pela convergência e não por qualquer lógica que não respeite a história do movimento associativo. Porém, é absolutamente necessário que todas as empresas sintam o valor do movimento associativo. Que a representação dos diferentes segmentos de empresas, sejam grandes ou pequenas, do litoral ou de territórios com menor densidade, de mulheres ou homens empresários, de jovens ou menos jovens, de empresas nascentes ou estabelecidas, de setores da indústria, dos serviços e da construção, do comércio e da distribuição, da energia, das indústrias culturais, de serviços tecnológicos, das atividades e da animação turística, das empresas de capitais nacionais ou daquelas que escolheram Portugal como destino dos seus investimentos, possam ter na CIP o parceiro direto ou indireto que afirme os valores empresariais como seus.

D. Organização ágil, aberta e eficaz

A CIP pretende concretizar nas suas dimensões essenciais, de atuação externa e de representação institucional e organização interna, uma evolução de qualidade que lhe permita reforçar o reconhecimento institucional e da sociedade e a eficácia na representação dos seus associados.

A CIP pretende ser a voz dos empresários junto dos órgãos de soberania e através da sua participação nas inúmeras estruturas formais e outros fóruns em que está representada, defendendo os interesses das empresas para impulsionar o crescimento e desenvolvimento económico sustentável.

A CIP valorizará a Concertação Social como espaço privilegiado para a sua atuação e desenvolverá todos os esforços necessários para o quadro de estabilidade resultante do Acordo de Concertação alcançado em 2022 seja um verdadeiro instrumento de impulso para o progresso, monitorizando os resultados alcançados e avaliando as melhorias e ajustamentos que sejam necessários.

A CIP pretende intervir de forma fundamentada, promovendo a auscultação interna dos associados, e o papel de especialistas, na perspetiva de antecipar, propor, estimular e avaliar as medidas de política e outros instrumentos relevantes, tanto no âmbito interno como daqueles que no plano supra nacional possam ter implicações relevantes para as empresas.

A CIP valorizará a sua participação em diversas organizações internacionais como instrumento de afirmação das empresas portuguesas e na defesa dos interesses próprios das mesmas para influenciar o seu posicionamento. Em particular, a CIP valorizará o seu papel como única representante portuguesa na Business Europe, a organização de cúpula do associativismo empresarial a nível europeu, na Organização Internacional de Empregadores (OIE), no quadro dos trabalhos desta em matérias sócio laborais, no Comité Empresarial da OCDE (Business at OECD) e do Conselho Empresarial Ibero-americano, bem como da participação bem como da participação do membro por si nomeado no Comité Económico e Social Europeu.

Os desafios mais relevantes para a dimensão estrutural da CIP agora apresentados exigem uma organização ainda mais forte, com órgãos sociais e consultivos que participem na reflexão, tomada de posição e ação atempada em defesa das suas ideias e no cumprimento dos seus objetivos.

A CIP pretende reforçar o valor essencial de uma organização nacional, exprimindo o papel e anseios das empresas em todas as regiões de Portugal, reafirmando a convicção de que a afirmação competitiva das nossas empresas se reforça com a maior coesão do tecido empresarial à escala nacional.





A CIP assume a importância de reforçar o seu papel de proposta ativa em todos os temas relevantes para o ambiente económico e o valor da participação de especialistas externos no suporte à fundamentação dos seus posicionamentos

No mandato 2023-2027 pretende-se reforçar a participação dos associados na definição da atuação da CIP, bem como rever a estrutura organizacional com reforço dos meios humanos e financeiros que permitam responder de forma cabal à participação e às necessidades dos seus associados.

A CIP assume a importância de reforçar o seu papel de proposta ativa em todos os temas relevantes para o ambiente económico e o valor da participação de especialistas externos no suporte à fundamentação dos seus posicionamentos, mobilizando os melhores recursos das Universidades e dos Institutos Politécnicos para esse esforço necessário de um debate público informado e tecnicamente sustentado.

Nesse contexto é imperioso que o processo das audições públicas da CIP em temas estruturantes para o país, como o Orçamento do Estado, alterações legislativas com impacto nas empresas e Acordos de Concertação Social, seja realizado em condições que permitam uma efetiva participação dos empresários.

A CIP pretende que o seu papel agregador da voz de todas as empresas e dos seus empresários tenha o reconhecimento público e social que resulta do seu papel essencial de criação de emprego e riqueza. Para tal, serão reforçados os instrumentos de comunicação que permitam esse reconhecimento.

Neste mandato, serão desenvolvidas medidas que permitam um maior envolvimento de todos os associados e o alargamento da representação da CIP, no quadro do trabalho desenvolvido e do papel que os Conselhos Consultivos da CIP têm já tido, tanto na preparação de posições fundamentadas, em temáticas estruturantes para as empresas, como instrumento agregador de todo o universo empresarial.



A CIP assume a importância de mobilizar os melhores recursos das Universidades e dos Institutos Politécnicos para o debate público informado e tecnicamente sustentado

Neste contexto, pretende-se consolidar os seguintes Conselhos Consultivos:

- **Conselho Estratégico do Comércio, Serviços e Consumo de Portugal**, que abordará as temáticas referentes às políticas que afetam os setores do comércio e dos serviços, nomeadamente a distribuição comercial e o consumo;
- **Conselho Estratégico para as Relações Internacionais**, que abordará as políticas de internacionalização, tanto em matéria de exportação e investimento como em matéria de desenvolvimento e cooperação;
- **Conselho Estratégico para a Economia do Mar**, que promoverá propostas de atuação e de políticas inerentes à implementação da estratégia nacional do mar, permitindo potenciar as oportunidades económicas de valorização dos recursos naturais portugueses;
- **Conselho Estratégico para os Assuntos Fiscais e Segurança Social**, que fará o acompanhamento próximo das políticas e das questões relacionadas com fiscalidade e segurança social, desenvolvendo propostas de atuação e soluções concretas para os problemas detetados.

Será, também, reforçada a atuação dos seguintes Conselhos:

- **Conselho Estratégico da Indústria Portuguesa;**
- **Conselho Estratégico Nacional da Saúde;**
- **Conselho Estratégico Nacional da Energia;**
- **Conselho Estratégico Nacional do Ambiente e Clima;**
- **Conselho Estratégico para a Economia Digital.**



CIP

CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL